

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

ATA DA 611ª (SEXCENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU.

Aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, reuniu-se o Conselho Fiscal da CBTU, empresa pública de capital fechado, CNPJ nº 42.357.483/0001-26, NIRE nº 53.5.0000875.6, com sede no Edifício Confederação Nacional do Comércio – CNC, 9º ao 13º andar, Setor Bancário Norte, quadra 1, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.041-902, por videoconferência, para apreciação dos temas relativos à 611ª reunião ordinária, com a presença do Presidente do Colegiado LEANDRO ENRIQUE PEREIRA ESPINO; do Conselheiro RODRIGO DALVI SANTANA; e da convidada MIRNA QUINDERÉ BELMINO CHAVES. Foram convidados para prestar esclarecimentos ao Conselho: a Assistente Executiva, HELOÍSA MEDEIROS; a Gerente Técnica de Patrimônio, NOELE CARVALHO; a Assistente Executiva, PATRICIA CYBELLE LIMA DE ARAUJO; a Coordenadora técnica da Advocacia Cível, THAIS OLIVEIRA; a Assistente Executiva, ELAYNE BEZERRA; e a Assistente Executiva KAMILA BARBOSA foi convocada para secretariar os trabalhos.

Verificando-se o quórum para instalação da reunião, os membros do Conselho Fiscal, únicos presentes com direito a voto, opinaram nos termos que se seguem:

Considerando o envio tardio e/ou a ausência de informações referentes aos itens 4 – Contratos Relevantes, incluindo dispensas e inexigibilidades, 7 – Impostos a recuperar e 8 – Controle de inadimplência tributária, os presentes decidiram pela retirada dos referidos itens de pauta, devendo ser incluídos novamente na próxima reunião ordinária do Conselho Fiscal.

1. Aprovação da minuta da ata 610ª RO. A Ata da 610ª RO foi submetida à avaliação do Conselho, tendo sido informado que já se encontrava assinada pelos

demais membros, pendente apenas a assinatura do Conselheiro Antônio Vladimir Moura Lima.

2. Apreciação das Atas RO 763, 764 e 765 da Diretoria Executiva. O Conselho Fiscal procedeu ao exame das atas das reuniões da Diretoria Executiva. No que concerne à Ata da DE nº 763, em análise ao item 1, que trata da Proposição nº 004/2026/P, o Conselho Fiscal solicitou a inclusão do processo em tela na relação de riscos fiscais, com apresentação prevista para o próximo mês, bem como esclarecimentos complementares acerca de seus reflexos no quadro de riscos fiscais da Companhia. No âmbito da análise do item 1 da Ata da DE nº 765, o Colegiado requereu informações à gestão para verificar se o Relatório de Gestão Integrado foi publicado tempestivamente dentro do prazo legal, encerrado em 31 de maio de 2026.

3. Apreciação das atas RO 184 e 185 do Comitê de Auditoria. O Conselho Fiscal procedeu à análise das atas das Reuniões Ordinárias nº 184 e 185 do Comitê de Auditoria. No que tange à Ata RO 184, especificamente em relação ao item 2, que trata do acompanhamento de recomendação referente ao sistema informatizado de gestão de riscos e auditoria, este Colegiado solicitou formalmente à área responsável informações acerca do atual encaminhamento sobre a viabilidade de adesão da CBTU ao sistema e-CGU, como alternativa ao processo licitatório em curso para a contratação de software de mercado para a gestão de riscos e auditoria interna. Quanto à Ata RO 185, em relação ao item 3, o Colegiado solicitou esclarecimentos acerca do acidente fatal registrado na STU Recife. O Colegiado requereu atualizações sobre o procedimento de apuração, indagando se as causas do evento já foram tecnicamente identificadas, bem como informações acerca das circunstâncias da ocorrência e da eventual identificação de fatores de risco associados ao evento.

4. Execução Orçamentária junho/2026. Foi apresentada ao Conselho Fiscal a execução orçamentária referente ao mês de junho de 2026, tendo sido destacado o seguinte fato relevante: em 12/06/2026, houve o recebimento de R\$ 34 milhões do TED

nº 992548, para aquisição de 6 TUEs, e R\$ 10 milhões do TED nº 969375, para recuperação da superestrutura da STU-Recife, ambos firmados entre a SEMOB e a CBTU. Foi informado, ainda, que, em julho, foi reiterado o pedido de suplementação orçamentária no valor de R\$ 67 milhões, com nova solicitação encaminhada em 14/07/2026, aproveitando a abertura da janela do SIOP. Ainda, foi destacado que os fatos relevantes possuem publicações do Diário Oficial da União – DOU (<https://www.in.gov.br/inicio>), dados do SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira, operações realizadas no SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento), documentos e e-mails com demandas e orientações que impactam as atividades da CEPRO/GEORC.

Foi dada ciência ao Conselho do envio da NOTA TÉCNICA CONJUNTA / GAPLO – GAFIN – 001/2026, em atendimento às recomendações de reuniões anteriores deste Conselho. O documento foi disponibilizado aos conselheiros durante a reunião, para análise e avaliação quanto à eventual adoção de diligências pelo Conselho Fiscal destinadas a corroborar e reforçar os pleitos relacionados às restrições orçamentárias e financeiras.

5. Receitas não operacionais - 2º trimestre de 2026. Foi procedida a apresentação dos resultados relativos às Receitas Não Operacionais referentes ao 2º trimestre de 2026. Após a devida análise dos dados expostos, o Conselho Fiscal tomou conhecimento das informações apresentadas, manifestando-se sem ressalvas.

6. Ressarcimento de pessoal cedido com e sem ônus pela Companhia - 2º trimestre 2026. Foi realizada a apresentação do relatório relativo ao ressarcimento de pessoal cedido, com e sem ônus pela Companhia, referente ao segundo trimestre de 2026. Após o exame da matéria, o Conselho Fiscal solicitou que as próximas apresentações passem a contemplar uma síntese demonstrativa das principais alterações ocorridas no período, mediante a inclusão de elementos visuais e gráficos simplificados que evidenciem tais modificações. Foi solicitado, especificamente, gráfico de evolução temporal do quantitativo de pessoal cedido com e sem ônus,

preferencialmente abrangendo o exercício em curso, acompanhado de breve explicação sobre eventuais variações relevantes verificadas no período.

7. Riscos Fiscais e Evolução do Contencioso. Iniciada a exposição da matéria pela Coordenadora Técnica da Advocacia Cível, o Conselho Fiscal solicitou o adiamento dos temas para a pauta do mês subsequente. O Colegiado requereu à área a retificação da planilha apresentada, com a devida atualização e especificação da ação judicial nº 0163194-18.1990.4.02.5101. Adicionalmente, solicitou que a nova apresentação traga um resumo consolidado das principais ações e suas classificações como remoto, possível ou provável. O Conselho solicitou, ainda, que a próxima apresentação contemple a evolução geral do contencioso e dos riscos fiscais no segundo trimestre, com destaque para as principais variações, bem como apresentação específica do histórico e do atual estágio processual da ação judicial de maior materialidade, cujo valor informado na reunião é da ordem de R\$ 1,3 bilhão.

Encerramento: Foi confirmada a próxima reunião do Conselho para o dia 27 de agosto de 2026, de forma presencial na CBTU. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença e participação de todos e deu por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata.

Documento assinado digitalmente
LEANDRO ENRIQUE PEREIRA ESPINO
Data: 26/08/2026 15:43:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LEANDRO ENRIQUE PEREIRA ESPINO
Presidente

Documento assinado digitalmente
RODRIGO DALVI SANTANA
Data: 04/09/2026 16:19:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RODRIGO DALVI SANTANA
Conselheiro

Documento assinado digitalmente
KAMILA COSTA BARBOSA
Data: 11/09/2026 16:22:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

KAMILA COSTA BARBOSA
Secretária da Mesa